

Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados e Concreto S/A

CNPJ 12.411.822/0001-44

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré-Moldados de Concreto S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à sua disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2024	31/12/2023	Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo/Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.893	10.346		Passivo/Circulante				
Clientes	6	4.294	5.246		Fornecedores	11	2.804	4.432	
Estoque	7	1.970	1.275		Salários, férias e encargos sociais		1.565	1.384	
Impostos a recuperar		442	1.779		Contribuições e impostos a recolher		270	1.819	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		370	78		Receita diferida		691	-	
Outras contas a receber		2.945	1.520		Dividendos a pagar	13,6	789	789	
		26.914	20.244		Arrendamentos	9	125	135	
					Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	202	
							6.244	8.761	
Não circulante									
Mútuo com empresas coligadas	8	125.152	126.660		Não circulante				
Depósitos judiciais		156	132		Arrendamentos	9	-	157	
Direito de uso	9	125	292		Provisão para contingências	12	205	205	
Imobilizado	10	13.488	14.785				205	362	
Intangível		8	14		Patrimônio líquido				
		138.929	141.883		Capital social		31.578	31.578	
		165.843	162.127		Reserva de lucros		127.816	121.426	
							159.394	153.004	
							165.843	162.127	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Capital social	Incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados		Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023								
Capitalização de reservas - AGOE 08/08/2023		31.558	92.247	6.312	12.625	-	-	142.742
Lucro líquido do exercício		20	(20)	-	-	10.386	10.386	-
Destinação do lucro:								
Transferência para reserva de incentivo fiscal		-	7.885	-	-	(7.885)	-	(124)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(124)	-	(2.377)
Retenção de lucros		-	-	-	2.377	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.578	100.112	6.312	15.002	6.390	6.390	153.004
Destinação do lucro:								
Transferência para reserva de incentivo fiscal		-	7.297	-	-	(7.297)	-	907
Retenção de lucros		-	-	-	(907)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		31.578	107.409	6.312	14.095	-	-	159.394

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A ("Companhia") foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto. A Cavan Pré Moldado S/A, com sede em São Paulo, detém o controle direto da Companhia com a participação de 80% e a controladora indireta é a NGP Participações Ltda. Diante da necessidade do Brasil de modernizar e expandir o setor ferroviário, a Companhia introduziu no mercado brasileiro os dormentes de concreto, fabricados com alta tecnologia a fim de oferecer um produto de elevada qualidade e longa duração. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 2011. Atualmente a Companhia possui contrato com a Vale S.A. (Estrada de Ferro Carajás) que foi assinado em 09 de setembro de 2022 com validade até 24 de agosto de 2025 e com previsão de entrega de 432 mil dormentes de via, 19 mil dormentes de AMV e 4 mil dormentes OAGE reto e curvo, totalizando uma projeção de faturamento de R\$ 198 milhões no período e pedidos de compra recorrente com a Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL), Construtora Hidros do Metrô Terezina. Em 31 de Dezembro de 2024, a receita com a Vale S.A. representou aproximadamente 80% da receita da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 20 de maio de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota 10 - Vida útil do imobilizado.** **Nota 9 -** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia e suas controladas utilizam como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que são os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia não partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. **Nota 12 -** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros: **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gere tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento diário os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e cus-

tos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte da quele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

Prédios e edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	2 a 5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e. Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer UGC alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao UGC não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (impairment test), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado. **f. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de realização. **g. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passível de ocorrência, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **i. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j. Receita operacional: Venda de mercadorias (Dormentes):** A receita operacional de venda de mercadorias (Dormentes) é reconhecida quando (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuo e variação cambial. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuo, empréstimos e financiamentos. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base fiscal) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos declaradas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **m. Determinação do valor justo:** Os ativos e passivos financeiros apresentados na nota explicativa 2.2 exigem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. **n. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece que, no mínimo, 5% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao divi-

Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados e Concreto S/A

CNPJ 12.411.822/0001-44

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré-Moldados de Concreto S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à sua disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Demonstrações de resultados		Nota	31/12/2024	31/12/2023	Demonstração do fluxo de caixa		31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais								
Receita operacional líquida	14	52.395	61.510		Lucro líquido do exercício		6.390	10.386
Custo das vendas	15	(35.943)	(43.616)		Ajustes para:			
Lucro bruto		16.452	17.894		Depreciação e amortização		1.515	1.599
Despesas administrativas e gerais	16	(13.599)	(11.524)		Valor residual das baixas do imobilizado		3	86
Depreciação		(218)	(216)		Juros incorridos de passivo de arrendamento		51	50
Outras receitas operacionais	17	2.436	3.705		Amortização de direitos de uso		167	168
Outras despesas operacionais		(24)	(10)		Provisão/(Reversão) para contingências trabalhistas		-	(10)
Resultado antes das receitas/despesas financeiras líquidas e impostos		5.047	9.849		(Reversão)/Imposto de renda e contribuição social		(3)	899
Receitas financeiras	18	1.439	1.607				8.123	13.178
Despesas financeiras	18	(99)	(171)		(Aumento) redução de ativos			
Resultado antes dos impostos		6.387	11.285		Contas a receber de clientes		952	1.562
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	3	(899)		Estoques		(695)	1.267
Lucro líquido do exercício		6.390	10.386		Impostos a recuperar		1.337	(804)
					Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(292)	(3)
					Outras contas a receber		(1.449)	(707)
							(147)	1.315
Redução de passivos								
Fornecedores		(1.628)	(2.037)		Salários, férias e encargos sociais		181	(285)
Contribuições e impostos a recolher		(1.549)	114		Receita diferida		691	-
		(2.305)	(2.208)				(2.305)	(2.208)
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(218)	(218)		IRPJ e CSLL pagos		(199)	(909)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		5.254	11.158				5.254	11.158
Fluxo de caixa de atividades de investimentos								
Adição do ativo Imobilizado		(215)	(1.364)		Mútuo - Recebimento		17.453	-
Mútuo - Concedidos		(15.945)	(10.030)				(15.945)	(10.030)
Caixa líquido usado (aplicado) nas atividades de investimentos		1.299	(11.394)				6.547	(236)
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		6.547	(236)		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.346	10.582
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.893	10.346		Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.893	10.346
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		6.547	(236)				6.547	(236)

dendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. **o. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação. **(i) Arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem ao aluguel da sede administrativa e do local onde a fábrica está instalada. A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: **Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional.** A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,00% a.a. **Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional.** A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

4. Novas normas e interpretações: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

Valor líquido em 31/12/2022	Amortizações em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2023
460	(168)	292
460	(168)	292

Composição dos saldos de arrendamentos:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento	125	292
Total	125	292
Circulante	125	135
Não circulante	-	157

A movimentação do passivo de arrend